



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sessão solene do 25 de Abril de 2016

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Exmas. Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores

Exmos. Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia

Exmos. Senhores Presidentes, das Assembleias de Freguesia

**Exmos. Senhores Membros, da Assembleia Municipal e
demais eleitos**

**Distintos Convidados, Trabalhadores da Autarquia, Público
Presente**

**No momento em que se me colocou a imperiosa necessidade de
preparar mais uma intervenção na Sessão Solene evocativa do 25 de**

Abril na Assembleia Municipal, data esta, posta em causa vezes sem conta, nos princípios que a nortearam, o que dizer, mais uma vez, sobre este momento memorável.

Muita coisa tem vindo a ser escrita nestas intervenções, mas ainda hoje é, por Liberdade e com um aprofundamento de uma Democracia dialogante e participativa, baseada em princípios e convicções muito objectivas, de que a história nunca poderá apagar, pelos quais nos bateremos diariamente.

Veio-me à memória não uma frase batida, mas uma que terá sempre de ser actual: “PARA UM FUTURO DE ESPERANÇA TORNA-SE OBRIGATÓRIO RECORDAR A HISTÓRIA E O PRESENTE”

Vamos pois recordar um pouco do que foi esta inesquecível data que muito me orgulha em ter assistido:

Naquela noite, de 24 para 25 de Abril de 1974, no meio das discussões de sempre – acção, resistência, estratégia – sob a luz

pálida do aparelho em que nos reuníamos, começaram a chegar pouco antes da meia-noite alguns sinais estranhos vindos primeiro dos Emissores Associados de Lisboa, logo seguidos da canção do Paulo de Carvalho, “E depois do Adeus”, emitida por Luís Filipe Costa, senha esta utilizada pelos capitães de Abril para desencadear o movimento.

À meia-noite e vinte foi transmitida a canção “Grândola Vila Morena”, de José Afonso, pelo programa “Limite”, da “Rádio Renascença”, que confirmava o movimento e marcava o início das operações. A noite foi longa, mas o amanhecer já trazia em si a esperança do derrube do mais longo regime de ditadura no nosso País. De madrugada, militares do MFA ocuparam os estúdios do “Rádio Clube Português” e, através da rádio, explicaram à população que pretendiam que o País fosse de novo uma democracia, com eleições e liberdades de toda a ordem. E punham no ar músicas de que a ditadura censurava.

Nas primeiras horas da manhã, Salgueiro Maia ocupa o Terreiro do Paço. O povo toma as ruas. Os cravos vermelhos são distribuídos por uma florista que os dava à população que por seu turno os ia colocando nos canos das espingardas, nascendo assim o nome da nossa revolução popular: “A Revolução dos Cravos”.

Nesta gloriosa data que hoje estamos a comemorar, o Movimento das Forças Armadas acabava de derrubar uma longa ditadura fascista que já durava há 48 anos e que veio na sequência do golpe militar de 28 de maio de 1926, sob a égide da Constituição de 1933, instituindo um regime autoritário autodenominado Estado Novo.

Em 25 de Abril de 1975 as eleições para a Assembleia Constituinte, mostraram claramente a adesão massiva dos portugueses a um projecto de mudança, garantindo um meticuloso enunciado de direitos, liberdades, bem como os princípios de um Estado democrático.

Quarenta e dois anos após o 25 de Abril de 1974 a Constituição Portuguesa, ano em que perfaz quarenta anos de vida, considerado, então, um dos mais belos e progressistas textos constitucionais existentes, foi portadora dos princípios e valores da liberdade alcançada e correspondeu aos mais profundos anseios do povo português.

Sofrendo já, até aos dias de hoje, de sucessivas revisões, com dezenas e dezenas de artigos modificados, alterados, substituídos ou suprimidos, mantém na sua essência os princípios com que os constituintes de 1975 a enformaram.

O atentado constante de que é alvo às conquistas e direitos que nela permanecem inscritos, com incidência especial nestes últimos quatro anos e que teve como seu protagonista o governo da direita radical, numa fraterna e concertada aliança com o ex-Presidente da República, pondo constantemente em causa o normal funcionamento

do regime e o normal desenvolvimento democrático da última legislatura.

Foram inúmeras as vezes que transformaram este País numa autêntica infernização, com um número nunca visto de inconstitucionalidades, a que a Revolução de Abril nunca teria assistido.

Foi isto que Abril nunca esperaria presenciar após tantos anos!

Mas passados que foram quatro anos que afectaram de forma inenarrável o País, e após as eleições de 4 de Outubro, fomos presenteados com uma nova maioria parlamentar e uma nova oposição que tendo passado de uma irrevogabilidade flexível submersa, globalmente de “cofres cheios”, emergiu então para uma oposição firmemente actuante, nas relações com Bruxelas, criticando tudo o que havia para criticar do normal desenvolvimento da democracia parlamentar, esquecendo-se quando eram governo o seu

propósito de subjugação, onde tantas vezes acolheram medidas definitivas aos seus mandantes e que em Portugal as transformariam em transitórias.

Assistimos de facto a um verdadeiro processo de chantagem e pressão inigualável sobre um Estado soberano.

Um inaceitável ajuste de contas com a democracia e os Valores de Abril.

Um autêntico sofrimento de distúrbio de personalidade bipolar em que num momento, criticavam de uma forma e no momento seguinte o faziam por outro motivo qualquer, postura esta que continua actual, revelando um saudosismo inigualável das medidas adoptadas de quando, então, eram governo.

Foram e continuam a ser declarações continuamente contraditórias e incoerentes, roçando quase sempre a hipocrisia, aquelas a que temos vindo a assistir. Têm o efeito de trazerem

visibilidade mediática a quem as profere, mas essa exposição só aumenta a falta de credibilidade. Estes esquizofrénicos exercícios de retórica trazem problemas “Auto contraditórios”, onde o universo do absurdo em que se tornou a política da direita, tornou-se fácil demais de desmontar.

É verdade que para se usar na lapela o verbo "social-democracia sempre" ou mesmo o da “democracia cristã” teriam pelo menos de apagar do cadastro as máculas radicais e neoliberais. Não vale a pena negar o óbvio, aquilo que se fez no Portugal do ajustamento foi privatizar a eito, cortar despesa pública para reforço do sector privado, aumentar exponencialmente os impostos e desregulamentar o mercado de trabalho para facilitar o capitalismo selvagem - que então lhes iluminaram o caminho da governação, sem que fossem atingidos os objectivos e as metas a que se propuseram.

Mais uma vez se exigiria decoro! Mas não! Foram repetidas as inverdades que tínhamos vindo a assistir!

No ano em que se comemoram igualmente os 40 anos do Poder Local Democrático, também uma das maiores conquistas de Abril, assistimos também a uma vergonhosa ingerência na sua autonomia, impedindo que as autarquias cumprissem as suas funções e obrigações, numa constante violação da actual Lei das Finanças Locais, igualmente responsável por um conjunto de constrangimentos elencados numa legislação profusa e burocrática, por vezes contraditória. Torna-se urgente providenciar no sentido da sua inversão e conseqüente revisão, ou mesmo da sua substituição.

O apresentar dos municípios como sendo responsáveis pela situação financeira do Estado, é outra face desse ataque, fazendo passar a imagem de que os autarcas seriam maus gestores e esbanjadores dos dinheiros públicos.

Foi tudo isto, e muito mais, que durante muitos anos o poder local, aquele que se situa mais próximo das populações, foi sujeito, desvirtuando mais uma vez os propósitos da Revolução de Abril!

Mas, após as recentes eleições legislativas onde resultou uma nova maioria parlamentar virou-se uma nova página, abrindo-se uma frincha de uma “Porta que Abril abriu”!

Com estes resultados a Assembleia da República tem um lugar de relevo como já não tinha há muitos anos. A perspectiva é de mais debate e conflito de posições, que obrigará ao desenvolvimento de propostas com mais qualidade e fundamentação, necessidade de mais negociação e de criação de compromissos novos. Para a democracia portuguesa será bom que o Parlamento desempenhe esse papel. As grandes mudanças não se fazem sem práticas novas e, além disso, todos os deputados (e as forças políticas representadas) têm responsabilidade igual nos seus mandatos.

Portugal pode viver um novo ciclo político. Os compromissos do Parlamento que perante a sociedade portuguesa sustentam e viabilizaram este Governo, são profundamente inovadores pela sua abrangência social, cultural e política, e já produziram efeitos, tendo

já sido dados passos importantes na reposição de rendimentos e na devolução de direitos que interrompem um percurso de saque.

Tudo isto não assegura por si só esse novo ciclo, é preciso que o actual Governo consiga dar passos seguros e, por outro lado, que os acordos assumidos actuem concertadamente no sentido de repor equilíbrios de poder em órgãos e instituições do Estado que influenciam muito toda a "governança" do país.

Abril exige um rumo de desenvolvimento soberano, progresso social e criação de emprego sendo prioritária uma ruptura firme com as imposições da União Europeia e outros constrangimentos externos, de que são exemplo as recentes e inadmissíveis declarações, proferidas pelo presidente do BCE que demonstram, por si só, uma clara ingerência na soberania do nosso País.

Aprovado que foi o Orçamento para 2016, abre-se historicamente uma nova esperança, que Abril jamais presenciou.

Este Orçamento de Estado, embora limitado e insuficiente, tem no entanto como positivo travar o caminho que a direita radical defenderia para o país se fosse governo. Severamente escrutinado, diria mesmo o mais escrutinado de sempre, pelas imposições da União Europeia e seus aliados, é apesar de tudo, diferente para melhor, comporta muitas limitações que resultam das várias opções do governo, mas abre a possibilidade de, com a continuação de uma intervenção séria e de diálogo, interromper aspectos da ofensiva que estava em curso e concretizar medidas pelas quais os trabalhadores e o povo muito lutaram.

Foi muito duro viver atascados no pântano social que nos criaram!

Pela nossa parte, como órgão político que somos, continuaremos a lutar afincadamente nesta nova porta aberta ao Portugal de Abril, restando uma nota de esperança para que o diálogo democrático entre as forças que no Parlamento viabilizam o actual

Governo, tenha como consequência melhores condições de vida e que os direitos de todos sejam defendidos de forma inequívoca, convictos que teremos de prosseguir com denodo a jornada cívica da reafirmação dos princípios: Liberdade, Democracia, Paz, Justiça Social e Solidariedade.

Recolocados os valores da madrugada libertadora, é o momento ímpar para fortalecer energias anímicas, corrigir comportamentos, trabalhar e lutar com afinco, sob uma perspectiva optimista para o futuro do nosso País, que nunca esquecerá os ideais que Abril nos trouxe. Como dizia o poeta:

Isto vai meus amigos isto vai/ O que é preciso é ter sempre presente/ que o presente é um tempo que se vai / e o futuro é o tempo resistente.

VIVA O PORTUGAL DE ABRIL!

VIVA O CONCELHO DE ALCOCHETE!